

**ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DO ACESSO À  
EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO  
BRASIL (UAB)**

**DISTANCE HIGHER EDUCATION IN PIAUÍ: AN ANALYSIS OF ACCESS TO  
HIGHER EDUCATION THROUGH THE OPEN UNIVERSITY OF BRAZIL (UAB)  
SYSTEM**

**EDUCACIÓN SUPERIOR A DISTANCIA EN PIAUÍ: UN ANÁLISIS DEL ACCESO A  
LA EDUCACIÓN SUPERIOR A TRAVÉS DEL SISTEMA DE LA UNIVERSIDAD  
ABIERTA DE BRASIL (UAB)**

LOPES, Marcus Vinícius de Sousa  
marcus.lopes@ufpi.edu.br  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
<https://orcid.org/0000-0002-3513-1030>

SILVA, Willame Carvalho  
willamecarvalho2013@hotmail.com  
UFPI-Universidade Federal do Piauí  
<https://orcid.org/0000-0002-8974-1619>

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho  
jairoguimaraes@ufpi.edu.br  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
<https://orcid.org/0000-0002-5901-5026>

**RESUMO** As políticas públicas para a educação superior, na medida que buscam fomentar o desenvolvimento, definir diretrizes de expansão e ampliar a interiorização desse nível de educação, também avaliam os resultados do programa. O estudo pretende analisar o acesso à educação superior a distância por meio do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), no contexto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com o propósito de aferir a extensão e a interiorização da educação superior a distância no Piauí, no período de sua instalação (2006 a 2020). O estudo possui natureza descritivo-exploratória, de abordagem quantitativa, apoiando-se na técnica do Estudo de Caso. Como conclusão, percebeu-se que há franca evolução do projeto UAB na UFPI, tendo em vista o crescente oferecimento de cursos, disponibilização de vagas e criação de polos.

**Palavras-chave:** Acesso à Educação Superior. Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil. Piauí.

**ABSTRACT** Public policies for higher education, as they seek to foster development, define guidelines for expansion and expand the internalization of this level of education, also evaluate the results of the program. The study aims to analyze the access to distance higher education through the Open University of Brazil (UAB) program, in the context of the Federal University of Piauí (UFPI), in order to assess the extension and internalization of distance higher education in the period of its installation (2006 to 2020). The study has a descriptive-exploratory nature, quantitative approach, based on the technique of the Case Study. As a conclusion, it was noticed that there is frank evolution of the UAB project at UFPI, in view of the growing offer of courses, availability of vacancies and creation of poles.

**Keywords:** Access to Higher Education. Distance Education. Universidade Aberta do Brasil. Piauí.

**RESUMEN** Las políticas públicas para la educación superior, en la medida que buscan fomentar el desarrollo, definir directrices de expansión y ampliar la interiorización de ese nivel de educación, también evalúan los resultados del programa. El estudio pretende analizar el acceso a la educación superior a distancia por medio del programa Universidad Abierta de Brasil (UAB), en el contexto de la Universidad Federal de Piauí (UFPI), con el propósito de medir la extensión y la interiorización de la educación superior a distancia en Piauí, en el período de su instalación (2006 a 2020). El estudio posee naturaleza descriptivo-exploratoria, de abordaje cuantitativo, apoyándose en la técnica del Estudio de Caso. Como conclusión, se percibió que hay franca evolución del proyecto UAB en la UFPI, teniendo en vista el creciente ofrecimiento de cursos, disponibilidad de plazas y creación de polos.

**Palabras clave:** Acceso a la Educación Superior. Educación a distancia. Universidad Abierta de Brasil. Piauí.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino a distância no Brasil nasceu da atitude pioneira e corajosa de instituições como o Instituto Radiotécnico Monitor, hoje Instituto Monitor, fundado em 1939; o Instituto Universal Brasileiro, fundado em 1941, e como o Instituto Padre Reus, fundado em 1974 – todos ainda em funcionamento – dentre outros que foram ficando ao longo do caminho, que acreditaram e investiram na possibilidade de difundir conhecimento aos mais distantes rincões deste imenso país, usando dos recursos então existentes entre o final do século XIX e início do século XX, no caso, a correspondência, via correios.

O sucesso dos cursos profissionalizantes levados a efeito pelas instituições referidas evoluiu para a ideia de trabalhar a alfabetização e o letramento de jovens e adultos e, assim, corrigir as flagrantes distorções existentes entre idade e educação básica do povo brasileiro, o que foi feito inicialmente por meio do rádio, em atitudes

protagonizadas por homens como os pesquisadores Edgard Roquette-Pinto e Henrique Charles Morize, além de outros membros da Academia Brasileira de Ciências, que fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira emissora de rádio implantada do Brasil, inicialmente com a precípua finalidade de difundir programação de conteúdo cultural e educativo.

O passo inicial da atitude importou o surgimento de diversos projetos de interiorização e democratização do conhecimento, desenvolvidos ao longo do tempo, tanto pela iniciativa privada quanto pela pública, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, motivando a edição de leis e de demais atos normativos, como a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabeleceu as diretrizes e as bases da educação nacional, oficializando, no Brasil, a Educação a Distância para todos os níveis de ensino.

A evolução tecnológica dos meios de comunicação, possibilitadora do acesso democrático à Internet, contribuiu para o significativo crescimento da Educação a Distância, mormente em cursos de nível superior, motivando o advento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a edição do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 (Brasil, 2006).

Apresentadas estas considerações iniciais, o presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso e a democratização do ensino superior no âmbito da Universidade Federal do Piauí por intermédio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no tempo compreendido entre a data de sua instituição, no ano de 2006, até o ano de 2020, no que concerne ao oferecimento de cursos, vagas e criação de polos. Sobre isso, é relevante problematizar se, no recorte temporal considerado, a UAB apresentou um processo evolutivo no que diz respeito à inclusão social dos estudantes à educação superior na Universidade Federal do Piauí. Dito de outro modo: a UAB contribuiu para o acesso, a democratização e a interiorização dos cursos de nível superior em diferentes regiões do Piauí, visando ao aumento das chances das pessoas quanto às reais possibilidades de ascensão pessoal e profissional?

Assim, com a hipótese do acréscimo propiciado pela UAB na modalidade da Educação a Distância, não se pode atribuir, como indicativo de sucesso da política, apenas o número de vagas e de cursos ofertados. Para tanto, utilizou-se, para análise, os indicadores de eficiência, ocupação das vagas e evasão dos cursos para verificar

em que medida os objetivos propostos na formulação da política da UAB, dentro da UFPI, estão sendo alcançados.

Os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento bibliográfico e documental e em informações sobre o número de vagas, número de matrículas, número de alunos concluintes e número de cursos que foram contemplados com o programa UAB desenvolvido na UFPI nos ciclos 2007-2012 e 2012-2017. Os períodos justificam-se por representarem os ciclos de conclusão dos cursos na primeira década do programa (2007-2017).

Os dados sobre a quantidade de polos e cursos ofertados foram coletados no *site* do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI e no Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB). Na Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE), coletaram-se os editais dos processos seletivos que ofertaram as vagas para os cursos de Graduação na modalidade a distância na UFPI. No Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram obtidas as informações sobre os alunos matriculados e concluintes por curso na UFPI.

As informações foram organizadas em Gráficos e Quadros comparativos, separando-se as vagas ofertadas em cada edital pelo respectivo ano da oferta, pela quantidade de vagas e pelo número de polos. Para responder às questões sobre a taxa de ocupação de vagas, sobre o percentual de alunos que concluíram seus respectivos cursos e sobre a taxa de evasão, utilizaram-se três indicadores propostos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na avaliação dos resultados.

O primeiro é o indicador de Ocupação de Vagas (OV), obtido pela divisão do número de matrículas (M) pelo número de vagas (V) ofertadas. O indicador (OV) mensura se as vagas ofertadas estão sendo efetivamente ocupadas (preenchidas), podendo ser aplicado para mensurar a ocupação de todas as vagas ofertadas pela IES, ou mesmo, em um curso específico. O segundo indicador, denominado de Indicador de Eficiência (IE), mensura a quantidade de alunos formados em relação ao número total de alunos matriculados. A Evasão Presumida (EP), terceiro indicador, determina a taxa de evadidos dos cursos ou da instituição como um todo, considerando os alunos ativos e os formados, em relação ao número total de matriculados (Saldanha; Brender Filho, 2020).



No desdobramento do estudo, será apresentada, em um primeiro momento, a Educação a Distância como política pública. No segundo, será discutido o contexto histórico da Educação a Distância no Brasil e sua evolução numa linha do tempo. Essa modalidade de ensino se otimiza e se adequa, *pari passu*, ao ininterrupto aperfeiçoamento dos meios de comunicação, ocupando lugar de inquestionável importância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Num terceiro momento, será apresentada uma abordagem sobre a implementação da Universidade Aberta do Brasil, no âmbito da Universidade Federal do Piauí. Por fim, num quarto momento, serão discutidos os resultados apresentados na pesquisa, seguidos das considerações finais sobre o objeto do estudo.

## 2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação a Distância, definida pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamentou o artigo 80, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferiu ao Poder Público o encargo de incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, estabelecendo o seguinte:

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, p. 1).

A Educação a Distância, portanto, tornou-se oficial no Brasil, para todos os níveis de ensino, com a reforma educacional, instaurada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

A norma veio ao encontro de situação fática existente, acredita-se, desde o final do século XIX, por meio de cursos profissionalizantes por correspondência, que ganharam corpo com o advento de instituições como o Instituto Radio Técnico Monitor, hoje Instituto Monitor, fundado em 1939, considerado a escola pioneira na implantação da Educação a Distância no Brasil; como o Instituto Universal Brasileiro, fundado em



1941 e como o Instituto Padre Reus, fundado em 1974, todos ainda em pleno funcionamento (Alves, 2011).

Nesse interregno, outras experiências de Educação a Distância, de cunho governamental e privado, também foram vivenciadas, de forma exitosa, no Brasil. Caso, por exemplo, da iniciativa do antropologista, médico, sociólogo e comunicador, professor Edgard Roquette-Pinto, que, buscando oferecer escola aos que não têm escola, fundou, ao lado de Henrique Charles Morize, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (Rádio MEC desde 1936, quando passou ao controle do Governo Federal, via Ministério da Educação e Cultura), considerada a mais antiga emissora de rádio do Brasil, em operação desde o dia 20 de abril de 1923, com programação voltada para a educação, cultura, ciência e música erudita (Alves, 2011).

Abnegado pela ideia da educação inclusiva, Roquette-Pinto também criou, em 1934, a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, hoje Rádio Roquette-Pinto, ainda em funcionamento, dentro de um projeto que também envolvia o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) com o propósito de produzir filmes destinados às escolas, numa ação pioneira de Educação a Distância.

O programa Universidade do Ar, transmitido para todo o Brasil pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, sob a supervisão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando oferecer aos professores secundaristas uma nova metodologia de apresentação das disciplinas, também se reveste em grande iniciativa da radiodifusão educativa brasileira, que perdurou durante a década de 1940 (Romero, 2014).

Nesse desiderato da difusão do conhecimento, na busca pela democratização do ensino, pela capacitação profissional e inclusão social, rompendo distâncias, neste Brasil de dimensões continentais, muitas outras iniciativas foram empreendidas ao longo do tempo, dentre elas, as seguintes, as quais seguem descritas no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Descrição dos períodos e dos programas de EaD no Brasil

ANO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
1960	Movimento de Educação de Base (MEB)	O MEB foi fundado na década de 60 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em parceria com o Governo Federal, por meio dos Decretos números 50.370 e 52.267, datados, respectivamente, de 21 de março de 1961 e 17 de julho de 1963. O movimento teve por fim atuar na educação de jovens e adultos, utilizando-se de escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em outras áreas em desenvolvimento do país.



1970	O Projeto Minerva	O programa foi criado em 1970 com a finalidade de – a exemplo do Movimento de Educação de Base – também trabalhar a Educação a Distância de jovens e adultos, buscando adequar distorções entre idade/série na educação básica, visando à preparação para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial. O Projeto Minerva foi instituído, com base na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, mediante veiculação obrigatória por todas as emissoras de rádio do país. Sua primeira transmissão ocorreu no dia 04 de outubro de 1970 e foi mantido até o início dos anos 1980. O programa era transmitido para 1.200 emissoras de rádio e 63 de televisão, teve 17.245 usuários durante um ano de atuação.
1979	A Universidade Aberta	A implementação da Universidade Aberta, com convênio com a <i>Open University</i> da Inglaterra, pelo que, desde então, começou a disponibilizar cursos de extensão na modalidade Educação a Distância, cursos nas áreas de ciência política, relações internacionais e pensamento político brasileiro. A universidade de Brasília, em 1989, institui o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD), com a tarefa de desenvolver e viabilizar ações voltadas à Educação a Distância em diversas áreas do conhecimento. O CEAD/UnB acolhe, em suas instalações, a Universidade Aberta do Brasil, desde o ano de 2005, data de sua criação, oferecendo cursos de nível superior por meio da Educação a Distância.
1981	Telecurso 1º Grau	Uma criação, em 1981, da Fundação Roberto Marinho, em parceria entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de Brasília, com método de ensino supletivo que abrangia da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. O programa foi criado com base na experiência do Telecurso 2º Grau, implantado em 1978 pela mesma Fundação.
1991	Um Salto Para o Futuro	Uma produção da TV Educativa do Rio de Janeiro com parceria do Ministério da Educação, transmitido para todo o Brasil, desde 1992, pela TV Escola, tem por objeto a capacitação continuada de professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em temas relacionados às práticas pedagógicas e pesquisas no campo da educação básica.
1999	A UniRede	A UniRede, criada em dezembro de 1999, reveste-se em um consórcio interuniversitário formado pela iniciativa de oitenta e duas instituições públicas de ensino superior e sete consórcios regionais, nascido com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil. Seu objetivo principal consiste em democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância nos níveis de Graduação, Pós-Graduação e extensão, sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada. A UniRede continua em pleno funcionamento, sempre fiel ao objetivo precípua de construir uma rede pública centrada, principalmente, na formação de professores da rede pública de ensino.

Fonte: Nascimento, 2011, sistematizado pelos autores, 2022.

Além dos diversos programas desenvolvidos pelo Governo Federal, uma série de legislações foi aprovada no âmbito da Educação a Distância, visando a sua regulamentação e efetivação. Por exemplo, o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que foi editado pelo Governo Federal com o fito de disciplinar o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de Graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância, estabelecendo competências para a Secretaria de Educação a Distância. O Decreto em comento foi posteriormente revogado pelo



Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o qual ainda está em vigor (Brasil, 2017).

Pode-se mencionar, do mesmo modo, o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, editado pelo Governo Federal, o qual visava a alterar dispositivos do Decreto nº 5.622, que dispunha sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Decreto em apreço foi igualmente revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, este ainda em vigor (Brasil, 2017).

A Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, editada pelo Ministério da Educação, teve o propósito de estabelecer critérios para a dispensa de avaliação *in loco*, bem como fixar providências para a efetivação da Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil. A Portaria citada, publicada no Diário Oficial da União nº 125 – Seção I, página 17, de 03 de julho de 2009, ainda está em vigor (Brasil, 2009).

Com efeito, nessa senda evolutiva, a desconfiança do princípio cedeu lugar para a eficiência e a qualidade da Educação a Distância, manifestada pelo arrojo pedagógico adequado ao ininterrupto crescimento dos meios de comunicação, começando pela correspondência nos cursos profissionalizantes, passando pelo rádio, televisão, Internet e suas múltiplas plataformas, com imensuráveis recursos para formatação de aulas, muitas em tempo real, e videoconferências, inclusive, cobrando postura e objetividade dos docentes.

O objetivo inclusivo do início, que procurava democratizar o ensino, levando-o aos mais longínquos rincões do Brasil, agora não se basta em si mesmo. O público-alvo também compreende atualmente os cidadãos, que recorrem ao ensino a distância, louvando a praticidade, evitando os percalços do trânsito dos centros urbanos, buscando conhecimento em sala de aula remota, inserta no aconchego de suas residências, escritórios ou qualquer outro local que lhes traga comodidade.

Esses atributos, aliados à incontestável excelência da Educação a Distância, fizeram-na crescer imensamente nos últimos anos, sobretudo nesses tempos de pandemia e isolamento social, compelindo as instituições de ensino, dentre elas, as de nível superior, caso da Universidade Federal do Piauí, a funcionarem de forma 100% (cem por cento) virtual, buscando, para tanto, as necessárias adequações tecnológicas, didáticas e pedagógicas, num processo absolutamente irreversível.

Nesse sentido, a propósito, segundo o Censo da Educação Superior de 2019, divulgado pelo Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” - INEP, em outubro de 2020, das 16.425.302 vagas disponíveis para a educação superior brasileira, 10.395.600 foram ofertadas na modalidade Educação a Distância, perfazendo o total de 63,2% (Brasil, 2020).

Do estudo em comento, também se observa que, em 2019, pela primeira vez na história, o número de estudantes que se matriculou em cursos na modalidade Educação a Distância ultrapassou o número de discentes que iniciaram a Graduação na modalidade presencial, na rede privada de ensino. Nesse universo, 50,7% (1.559.725) dos alunos que ingressaram em instituições privadas de ensino superior optaram por cursos na modalidade a distância, enquanto 49,3% (1.314.302) o fizeram pela modalidade presencial (INEP, 2021).

Consta também do Censo, que, entre os anos de 2009 a 2019, o número de matrículas na modalidade ensino a distância aumentou 378,9%, pelo que, em face do significativo crescimento do ensino a distância e de sua inquestionável importância para o futuro socioeconômico do Brasil, o Governo Federal editou a Lei nº 13.620, de 15 de janeiro de 2018, instituindo o dia 27 de novembro como o Dia Nacional de Educação a Distância, data de há muito utilizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, para comemorar a efeméride (Brasil, 2020).

## **2.1 Educação a Distância como política pública**

O recorte histórico da evolução da Educação a Distância no Brasil é importante para realçar o aspecto da contribuição dos personagens sociais na construção da política pública desse importante segmento de inclusão social e de transformação (Santos, 2013; Vasconcelos; Araújo, 2020; Santomé, 2003), de justiça social (Gewirtz; Cribb, 2011) e de sua importância como elemento construtivo para a formação de uma nação. A Constituição Federal de 1988 desenha uma participação mais efetiva, mais ampla e mais genérica para as questões sociais. A democracia participativa está presente nas iniciativas populares, nas emendas envolvendo associações e sindicatos, nas reivindicações por mais envolvimento social, no interesse de entidades



populares pelas inclusões de questões da constituinte, buscando efetivar uma nova nação. No âmbito da participação popular, Carvalho afirma que:

A participação popular sempre existiu desde que existem grupos sociais excluídos que se manifestam e demandam ações ou políticas governamentais. Nesta perspectiva, todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação popular que se diferenciam seguindo as questões reivindicadas, segundo as formas possíveis. (Carvalho, 1998, p.1).

No Brasil, os movimentos sociais sempre estiveram presentes nas mudanças e nas conquistas democráticas e sociais, construindo o novo e gestando as inovações necessárias para as mudanças necessárias, contrapondo-se aos interesses privados, à alienação social e às negociações não republicanas.

A Constituição Federal de 1988 trouxe inovação no que tange a novos instrumentos democráticos, como é o caso da iniciativa popular, do referendo e do plebiscito, aproximando a sociedade dos espaços políticos de decisão, promovendo inovação no caráter social e permitindo a formação de arranjos sociais cujos elos estão coadunados com a inarredável necessidade de participação ativa do sujeito social com vistas a demarcar o território político-cultural, indispensável à sua emancipação como indivíduo crítico (Morbini; Melo, 2020).

Até então o Brasil observava uma situação na qual os mais vulneráveis eram compelidos a abandonarem os bancos escolares por ausência de oportunidade de estudos e pela necessidade urgente de ingressarem no mercado de trabalho em busca de subsistência básica para suas famílias (Vasconcelos, 2020).

Nesse particular, a concepção da Educação a Distância, como uma política pública, torna-se necessária por conta da urgência e da necessidade de a educação, nos mais diversos níveis, chegar a todos os espaços da sociedade, sendo um bem necessário e reivindicado pelo tecido societário. Para Souza (2003, p. 13), “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”.

Apesar de a Educação a Distância ser um projeto implementado pelo Estado, muito de seus anseios e iniciativas surge da sociedade civil, que necessita de ferramentas cada vez mais eficientes para uma transição no campo da educação. A distinção entre Estado e sociedade civil se apresenta simultaneamente com



contradições, pois a ação estatal é sempre considerada um inimigo potencial da liberdade individual e como condição para o seu exercício (Santos, 2013.p 56).

A Educação a Distância é forjada no contexto das iniciativas populares por mais educação, democratizando o acesso ao ensino formal para todas as idades, todos os lugares e em qualquer momento. É a tradução dos anseios da vontade popular, institucionalizada pelo Estado para o acesso a mais educação a milhares de pessoas que buscam e anseiam por uma aprendizagem mais próxima, mais acessível e mais democrática.

O desejo de se afastar do estágio da pobreza, da precariedade profunda e da falta de oportunidades é entendido, para expressiva parcela da população, como um pensamento a ser propugnado a partir da compreensão de que apenas pela educação tal objetivo será alcançado. Nesse sentido, a Educação a Distância (EaD) reacende as esperanças das pessoas que, pelas consequências socioeconômicas provocadas pelo sistema capitalista compulsório, veem nesse modelo uma maneira capaz de promover efetiva transformação e justiça social.

O Estado, com a implementação da Educação a Distância, cumpre o seu papel de promover e intensificar a homogeneidade cultural no interior do território nacional (Santos, 2013, p.133). Urge trabalhar para a efetivação de tais propósitos, com eficiência e qualidade, visando a ampliar as possibilidades de educação para todos.

## **2.2 O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e sua implementação na Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

Essa trilha de inquestionável sucesso do ensino superior na modalidade de Educação a Distância passa antes pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a finalidade precípua de fomentar essa modalidade de educação e assim expandir Brasil adentro cursos e programas de educação superior, como regrado no artigo 1º e parágrafo único da norma em comento, adiante transcrito:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I – Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuidade professores da educação básica;
- II – Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – Ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI – Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII – Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (Brasil,2006, p.1).

Deflagrada a corrida para o ensino a distância, via Universidade Aberta, a Universidade Federal do Piauí não ficou para trás. Fazendo valer seu propósito de “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” (Brasil, 2005, p. 1), conforme disposto no artigo 3º de seu Estatuto, atendeu, de pronto, ao chamamento do Edital nº 01/2005-SEED/MEC, de 16 de dezembro de 2005, alcançando credenciamento para oferta de cursos na modalidade a distância, conforme inserto na Portaria/MEC nº 873/2006, de 07 de abril de 2006, o que se fez através do Edital nº 03/2006, instituindo definitiva e irreversivelmente a Universidade Aberta no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (Brasil, 2006).

O Edital em epígrafe derivou de parceria firmada entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI); a Universidade Estadual do Piauí (UESPI); o Governo do Estado do Piauí; o Banco do Brasil e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), resultando no consórcio intitulado Universidade Aberta do Piauí (UAPI), com 500 (quinhentas) vagas oferecidas para o curso de Bacharelado em Administração. Dentre as vagas ofertadas, 460 (quatrocentos e sessenta) foram destinadas aos colaboradores das instituições signatárias do pacto e as 40 (quarenta) restantes foram reservadas ao público em geral. Teve, pois, o enlace pioneiro, naquele momento, a intenção de possibilitar acesso à educação superior aos colaboradores das instituições participantes do consórcio (Borges, 2018).

A iniciativa, denominada “Projeto Piloto”, alcançou, sem dúvidas, o propósito de interiorizar o saber, importando em significativo passo para o anseio da Universidade Aberta no Estado do Piauí, com índice de aproveitamento da ordem de 70% (setenta por cento), vez que das 500 (quinhentas) vagas oferecidas, 408



(quatrocentos e oito) foram preenchidas, com 286 (duzentos e oitenta e seis) alunos efetivamente graduados (Borges, 2018).

Nesse desiderato de oferecer educação gratuita de qualidade à população do Piauí, no contexto da modalidade a distância, inclusive, com preocupação de atender às necessidades socioeconômicas de cada região do Estado, a Universidade Federal do Piauí, por meio do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), desde então, vem disponibilizando diversos cursos de graduação em Licenciaturas e Bacharelados, assim como de Pós-Graduações *latu sensu*, nas áreas de Educação, Natureza, Humanas e Letras, como se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Cursos de Graduação e Pós-graduações no CEAD/UFPI

Graduação		Pós-Graduação – Especialização - Finalizadas	
Bacharelado	Administração	<i>Lato Sensu</i>	Alfabetização e Letramento
	Administração Pública		Ecologia
	Ciências Contábeis		Ensino de Filosofia no Ensino Médio
	Sistema de Informação		Ensino de Matemática no Ensino Médio
	Turismo		Ensino de Química
Licenciatura	Biologia		Ensino de Sociologia no Ensino Médio
	Ciências da Natureza		Física
	Computação		Gestão Educacional em Rede
	Filosofia		Gestão em Saúde
	Física		Gestão Pública
	Geografia		Gestão Pública Municipal
	História		História Social da Cultura
	Letras Inglês		Informática na Educação
	Letras Portugêses		Língua Brasileira de Sinais
	Matemática		
	<b>Pós-Graduação – Mestrado</b>		<b>Pós-Graduação - Especialização - Ofertadas</b>
<i>Stricto Sensu</i>	Administração Pública	<i>Lato Sensu</i>	Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho
			Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho
	Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho		
	Matemática, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho		
Filosofia	Ensino de Xadrez e Formação para o Mundo do Trabalho		
	Educação Patrimonial Ambiental no Ensino de Ciências da Natureza		
	Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo		

Fonte: UFPI, 2021, sistematizado pelos autores, 2022.

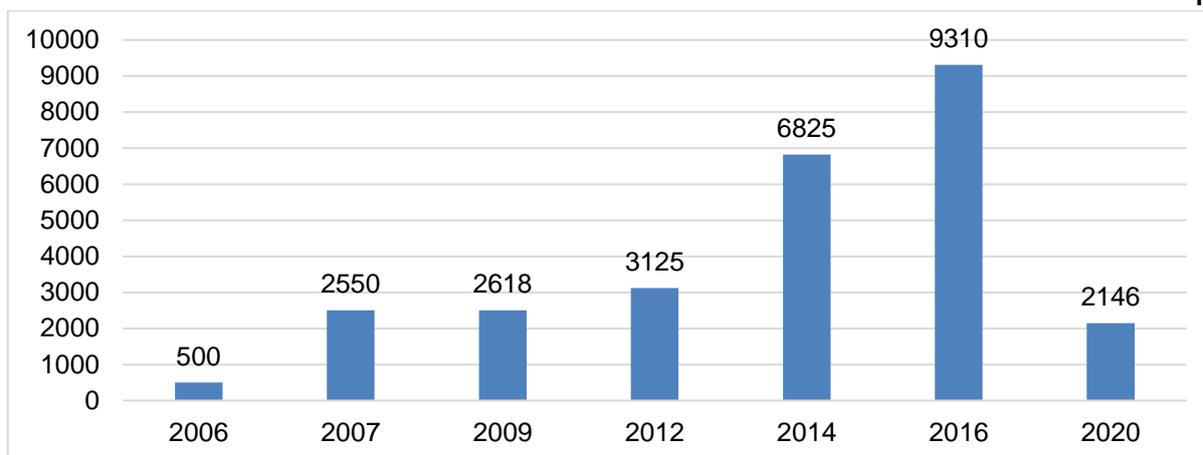
No âmbito do CEAD/UFPI, atualmente, são ofertados 17 cursos de Graduação; 21 de especialização entre os já finalizados e em andamento; 2 mestrados profissionais, entre outras atividades formativas de extensão e de aperfeiçoamento. No Quadro 2, vê-se que, a despeito da Universidade Aberta do Brasil ter por objeto a oferta de cursos de Graduação, além das graduações são disponibilizados outros cursos em diversas áreas diversas do conhecimento, como é do caso das especializações e mestrados. Assim, além dos que já são ofertados no âmbito da UAB, o centro possui outros programas educacionais.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a organização das ofertas de vagas do programa Universidade Aberta, assim como para a operacionalização das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade a distância, no âmbito do Estado do Piauí, a Universidade Federal do Piauí providenciou a criação do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD) por meio da Resolução nº 196/06 – CEPEX de 24 outubro de 2006 (UFPI, 2006), o qual vem, ao longo do tempo, cumprindo a contento o mister que lhe foi incumbido.

Fazendo coro a esse argumento, os Gráficos a seguir, elaborados a partir da análise dos Editais de acesso à educação superior na UAB/UFPI, desde o projeto inicial em 2006 até o ano de 2020, demonstram a cabal evolução da educação superior a distância, no âmbito do Estado do Piauí, mediante a ampliação das ofertas de vagas, dos cursos e da criação de polos, vejamos:

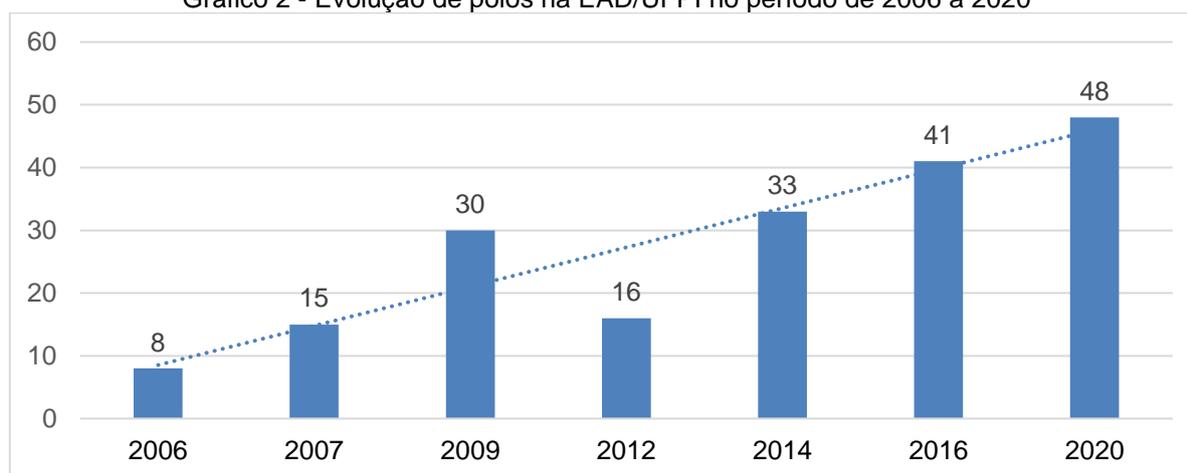
Gráfico 1 - Número de vagas ofertadas pela EAD/UFPI de 2006 a 2020



Fonte: UFPI, 2021, sistematizado pelos autores, 2022.

Infere-se, do Gráfico 1, uma linha ascendente a partir do primeiro vestibular ocorrido em 2006, com a oferta de 500 (quinhentas) vagas, evoluindo, em 2007, para 2.500 (duas mil e quinhentas) vagas, importando num acréscimo de 410% (quatrocentos e dez por cento), atingindo um pico exponencial de 1.762% (mil setecentos e sessenta e dois por cento), com a oferta de 9.310 (nove mil, trezentas e dez) vagas, no ano de 2016, demonstrando significativo crescimento somente arrefecido no ano de 2020, quando houve um decréscimo para 2.146 (duas mil, cento e quarenta e seis) vagas ofertadas, em decorrência dos efeitos nocivos da pandemia do covid-19.

Gráfico 2 - Evolução de polos na EAD/UFPI no período de 2006 a 2020



Fonte: UFPI, 2021, sistematizado pelos autores, 2022

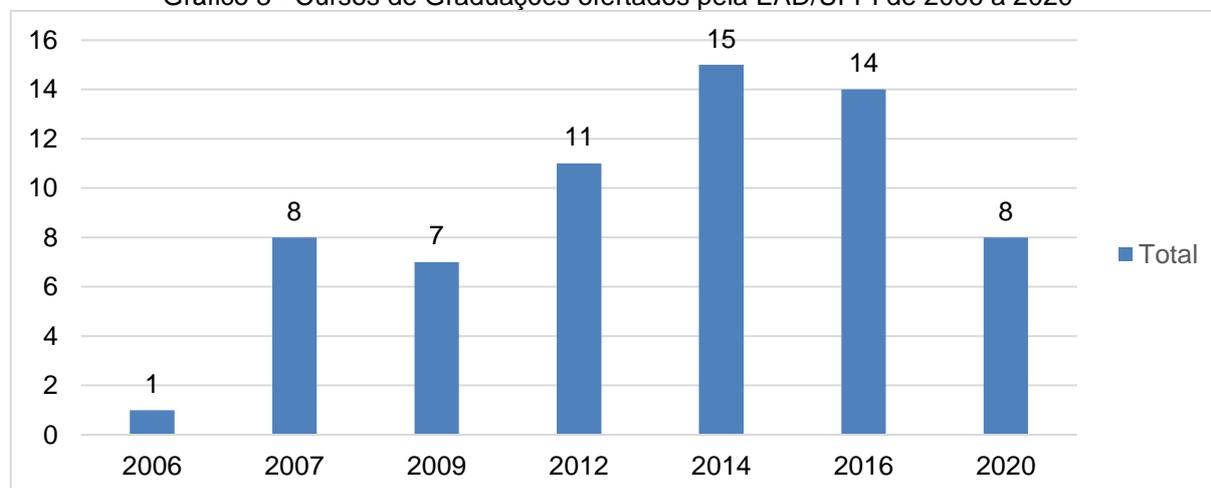
Tomando o Gráfico 2 como referência, observa-se que, no ano de 2006, o programa teve suas atividades desenvolvidas em 8 (oito) polos distribuídos nos



municípios de Bom Jesus, Esperantina, Floriano, Parnaíba, Picos, Piri-piri, São Raimundo Nonato e Teresina, expandindo-se ao longo do tempo, até alcançar, no ano de 2020, um total de 46 (quarenta e seis) polos, distribuídos nos seguintes municípios do estado do Piauí: Água Branca; Alegrete do Piauí; Altos; Anísio de Abreu; Avelino Lopes; Barras; Bom Jesus; Buriti dos Lopes; Cajazeiras do Piauí; Campo Maior; Canto do Buriti; Castelo do Piauí; Corrente; Elesbão Veloso; Esperantina; Floriano; Fronteiras; Gilbués; Inhumas; Itainópolis; Jaicós; José de Freitas; Luís Correia; Luzilândia; Marcos Parente; Monsenhor Gil; Oeiras; Paes Landim; Palmeirais; Picos; Pedro II; Pio IX; Piracuruca; Piri-piri; Redenção do Gurguéia; Regeneração; Santa Cruz do Piauí; São Raimundo Nonato; São João do Piauí; São José do Peixe; Simões; Simplício Mendes; Teresina; União; Uruçuí; Valença do Piauí e dois na Bahia nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e Juazeiro.

Do exposto, vê-se que o crescimento linear dos polos revela, sem dúvidas, o esforço continuado da Universidade Federal do Piauí, no sentido da expansão e da interiorização da educação superior no estado do Piauí.

Gráfico 3 - Cursos de Graduações ofertados pela EAD/UFPI de 2006 a 2020



Fonte: UFPI, 2021, sistematizado pelos autores, 2022

Analisando o Gráfico 3, observa-se que, no ano de 2006, quando da instalação do Projeto Piloto, apenas um curso foi disponibilizado, no caso, o curso de Bacharelado em Administração, seguido de um acréscimo de 700% (setecentos por cento) no ano de 2007, com o oferecimento de cursos de Bacharelado e Licenciatura.

Os anos de 2014 e 2016 notabilizaram-se pelo significativo aumento de oferta de cursos de Graduação, somados aos já ofertados nos vestibulares anteriores,

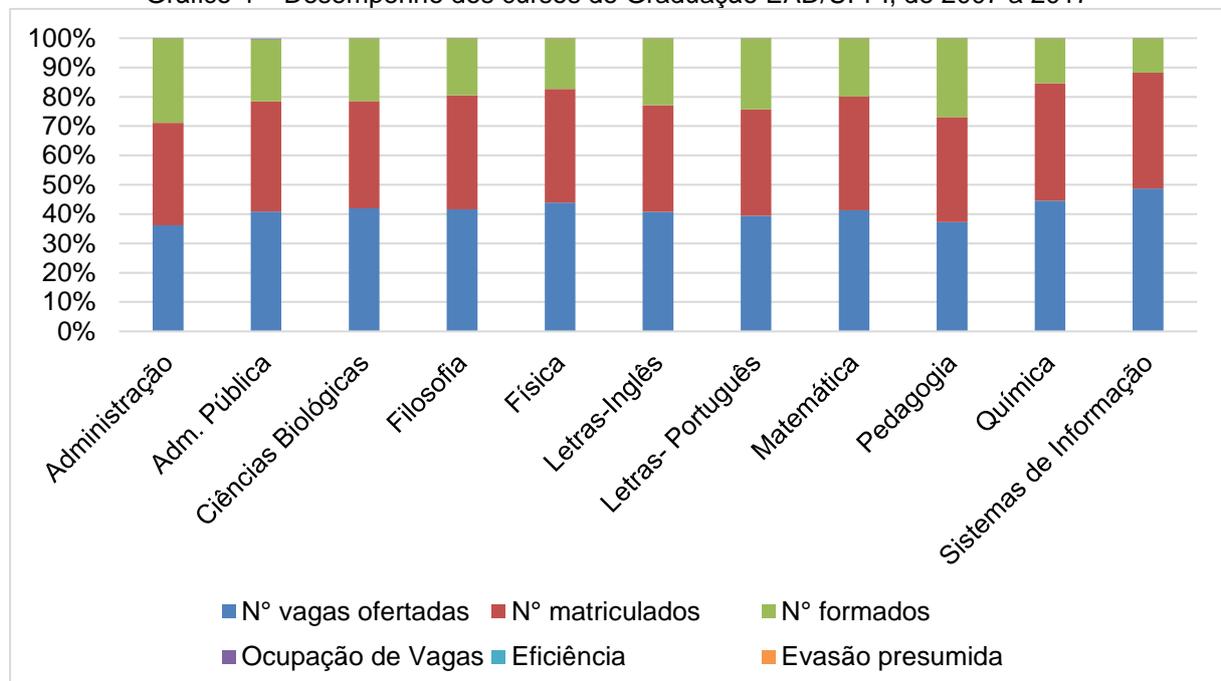


importando, no caso, nos cursos de Licenciatura em História, Geografia, Ciência da Natureza e Computação. Do estudo, conclui-se que a política da UAB na UFPI soma, nos seus quase quinze anos (2006 a 2020) de atuação nos cursos de Graduação, o quantitativo de 26.456 vagas ofertadas em 17 cursos de Graduação entre Licenciatura e Bacharelado, distribuídas em 48 polos de apoio presencial, sendo 46 no Piauí e dois na Bahia, com um total de 8.289 alunos ativos no ano de 2021.

Como, em face desse acréscimo propiciado pela UAB, conforme Borges (2018), não se pode atribuir, como indicativo de sucesso da política, apenas o número de vagas e de cursos ofertados, complementou-se a análise utilizando-se, como parâmetro os Indicadores de Ocupação das Vagas, da Eficiência e de Evasão dos Cursos para verificar em que medida os objetivos propostos na formulação da política da UAB, dentro da UFPI, estão sendo alcançados.

Com base nesses indicadores, foi possível apresentar o Índice de Ocupação das Vagas (OV), os Índices de Eficiência (IE) e o de Evasão Presumida (IEP) de cada curso, apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Desempenho dos cursos de Graduação EAD/UFPI, de 2007 a 2017



Fonte: INEP (2021), sistematizado pelos autores (2022).

Em relação aos parâmetros para avaliar o índice dos cursos ofertados pela UAB/UFPI, tomou-se o índice médio como parâmetro avaliador dos índices dos cursos

na busca dos motivos que conduziram a esse resultado. Com base nos resultados mais próximos e mais distantes, optou-se por adotar as extremidades para os indicadores, o maior e o menor de todos, na perspectiva de avaliar os elementos que colaboraram para os acontecimentos e resultados.

A média de todos os Índices de Eficiência dos cursos ofertados nos anos de 2007 a 2017 indica que, das 5.675 vagas ofertadas, foram matriculados 5.155 estudantes, sendo que 55% desses matriculados concluíram o curso, ou seja, 2.905 se formaram. A média da taxa de ocupação de vagas entre os períodos foi de 91%, sendo que os cursos de Ciências Biológicas, Física, Letras-Ingês e Sistemas de Informação ficaram abaixo da média geral.

Constata-se que a maioria (6/11) dos cursos de Educação a Distância da instituição tem apresentado resultados superiores à média geral da instituição (55%). Sobre a ocupação, a taxa variou de 81% a 97%. A evasão presumida variou de 18% a 71%. A maior taxa de ocupação foi do curso de Bacharelado em Administração (97%), que também obteve o maior índice de eficiência (82%) e o menor índice de evasão (18%), enquanto o curso de Sistemas de Informação foi o que apresentou menor taxa de ocupação (81%), menor taxa de eficiência (29%) e maior evasão (71%) entre as médias gerais.

#### **4 CONCLUSÃO**

O presente estudo indica que o ensino superior a distância, oferecido a partir do Programa Universidade Aberta do Brasil, desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí, vem democratizando o saber, na medida em que possibilita o acesso e disponibiliza oportunidade de ingresso de pessoas do interior do Piauí e, até mesmo, de parte da Bahia, em cursos de formação superior, fazendo valer a marca diferenciadora do programa. No entanto, em termos de resultados dos indicadores de eficiência, a média geral de ocupação de vagas ficou em torno de 91% e a taxa de eficiência média em 55%, sendo que 6/11 (54,6%) dos cursos ofertados no período da pesquisa estão acima da média. Destaca-se o curso de Bacharelado em Administração da UAB que, tendo a menor índice de evasão, apresentou maiores índices de ocupação e de eficiência. Os cursos de Licenciatura atingiram índices



relativamente equivalentes, destacando-se o curso de Pedagogia entre os maiores indicadores de ocupação de vagas e eficiência e menor evasão entre as Licenciaturas.

Com efeito, os resultados alcançados pela Universidade Aberta, na Universidade Federal do Piauí, mostram-se promissores, posto que, paulatinamente, a UA vem evoluindo ao longo dos seus quase quinze anos de existência, possibilitando o acesso à educação mediante o oferecimento de cursos e de ampliação no número de vagas, aumentando, por consequência, o corpo discente da instituição.

Esses avanços, todavia, não indicam, por si sós, o sucesso do projeto. A despeito de observar o contínuo crescimento em termos quantitativos da política pública de interiorização do ensino superior, a necessidade de avaliar os resultados em termos qualitativos se mostra imperiosa.

Os autores do estudo reconhecem que há lacunas a serem preenchidas, tendo em vista que o conhecimento aqui desvelado precisa ser aprofundado com a proposta de complemento ou de revisão teórico-empírica. Uma delas é analisar a qualidade dos resultados obtidos, a qual impõe um novo marco no que concerne à pesquisa de campo.

Como proposta para novos estudos, sugere-se que análises comparativas sejam feitas entre as IFES – Instituições Federais de Ensino Superior não apenas do Estado do Piauí, mas de outros Estados da Federação, a fim de analisar a amplitude e o alcance pragmático das medidas, visando ao ingresso dos estudantes no ensino superior. Tal abordagem poderá exprimir uma perspectiva socialmente inclusiva, na medida em que se reconhece o inadiável papel da educação na formação do sujeito social, como indivíduo emancipado, crítico, independente e consciente dos seus direitos e deveres, fortalecendo a noção de cidadania plena.

### **MARCUS VINÍCIUS DE SOUSA LOPES**

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor tutor no Curso de Bacharelado em Administração Pública no Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI).

### **WILLAME CARVALHO E SILVA**

Doutorando em Políticas Públicas (UFPI). Mestre em Educação (UFC). Professor Assistente (UEMA). Membro da Academia de Ciências do Piauí e do Núcleo de Memória do TJPI.



## **JAIRO DE CARVALHO GUIMARÃES**

Doutor em Educação (UFRJ). Docente permanente e subcoordenador (2022-2024) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFPI).

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista de Aprendizagem Aberta e a Distância*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-92, jan. 2011.

Disponível em:

[https://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista\\_PDF\\_Doc/2011/Artigo\\_07.pdf](https://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf).

Acesso em: 13 nov. 2021.

BORGES, D. V. S. *Educação à Distância na UFPI: Implementação e Resultados 2007 a 2016*. 2018. 118 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1564>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. *Edital de seleção nº 01/2005 - SEED/MEC de 16 de dezembro de 2005 SEED/MEC/2005-2006*. Chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na modalidade de educação a distância para o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/edital\\_dou.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/edital_dou.pdf). Acesso em 12 de out. 2022.

BRASIL. *Portaria n.º 873 de 7 de abril de 2006*. Autoriza a oferta de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito dos programas de indução da oferta pública de cursos superiores a distância fomentados pelo MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria873.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 10, de 02 julho de 2009*. Fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10\\_seed.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017*. Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm).  
Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. *Ensino a distância se confirma como tendência*. INEP, Brasília-DF. 2020.  
Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-se-confirma-como-tendencia>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998, 192 p.

GEWIRTZ, S.; CRIBB, A. Concepções plurais de justiça social: implicações para a sociologia das políticas. In.: BALL, S. J.; MAINARDES, J. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011, 286 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. *Censo da educação superior*. 2019 – resumo técnico. Brasília: INEP, 2021. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf).  
Acesso em: 13 de nov. 2021.

MORBINI, F. K.; MELO, J. A. M. H. A educação como elemento essencial à participação popular e construção da cidadania. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 19, p. 103-113, ago., 2020. DOI: <https://orcid.org/0000-0001-6952-2067>

NASCIMENTO, A. F. *Educação a distância e fetichismo tecnológico: estado e capital na concepção da educação superior no Brasil*. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/773>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ROMERO, M. H. C. *Universidade do ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores via rádio no Estado Novo (1941 – 1944)*. Dissertação de (mestrado - Universidade Federal de Uberlândia, programa de Pós-Graduação em Educação. 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13976/1/UniversidadeArFoco.pdf>.  
Acesso em: 12 nov. 2021.

SALDANHA, L. K. L.; BRENDA FILHO, R. Avaliação da Educação a Distância da UFSM Baseada em Indicadores de Eficiência. *EaD em Foco*, v 10, n. 1, p. 1-13. 2020. Disponível em:  
<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/985>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOMÉ, J. T. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2003, 263 p.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na Pós-modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013, 542 p.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>. Acesso em 20 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. *Resolução nº. 196/2006*, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI – CEPEX. UFPI: Teresina, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. Centro de Educação Aberta e a Distância. *Relatório Anual de Atividades, 2021*. Teresina: Centro de Educação Aberta e a Distância, 2021. Disponível em: [http://cead.ufpi.br/images/RAA\\_CEAD\\_UFPI\\_-\\_2021\\_minuta\\_revisada\\_25.02.2022\\_final\\_ok.pdf](http://cead.ufpi.br/images/RAA_CEAD_UFPI_-_2021_minuta_revisada_25.02.2022_final_ok.pdf). Acesso em: 22 set. 2022.

VASCONCELOS, C. R. D.; ARAÚJO, J. A. Q. C., OLIVEIRA, Cleide P. Direitos humanos, educação e desigualdade social no Brasil. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 19, p. 90-102, ago., 2020.

*Recebido em: 04 de novembro de 2022*

*Aceito em: 20 de setembro de 2023*